

Nádia Nunes Azevedo

**CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO DE PESSOAS TRANSEXUAIS: UMA
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2019

Nádia Nunes Azevedo

**CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO DE PESSOAS TRANSEXUAIS: UMA
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientador: Prof. Cristiane Miryam
Drumond de Brito

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2019

RESUMO

A proposta deste revisão bibliográfica foi identificar a construção do cotidiano de pessoas transexuais durante e após o processo de identidade de gênero, via transformação corporal. Para isso, foi realizada revisão da literatura utilizando as seguintes bases de dados MEDLINE, SCIELO, SCOPUS e WEB OF SCIENCE, sendo selecionados um total de 10 artigos, publicados e indexados, disponíveis por acesso online em português, inglês e/ou espanhol; sem delimitação do ano de publicação. Chegamos as considerações finais que as análises feitas, revelaram que a população trans vive uma situação de invisibilidade, marcada de violência, discriminação e marginalização, em contextos diversos que inclui família, contexto social, a força da polícia, de profissionais de saúde e instituições de saúde. As experiências trans revelam em seus cotidianos traços das verdades construídas socialmente em uma sociedade que preza a heteronormatividade.

Palavras Chave: Transexuais. Cotidiano. Discriminação de gênero.

SUMMARY

The purpose of this bibliographic review was to identify the construction of the daily life of transsexual people during and after the process of gender identity through corporal transformation. For this purpose, a review of the literature was carried out using the following MEDLINE, SCIELO, SCOPUS and WEB OF SCIENCE databases. A total of 10 published and indexed articles were selected by online access in Portuguese, English and / or Spanish; without delimitation of the year of publication. We came to the final considerations that the analysis showed, that trans people live in a situation of invisibility, marked by violence, discrimination and marginalization, in diverse contexts that include family, social context, police force, health professionals and institutions of health. Trans experiences reveal in their everyday traces the truths socially constructed in a society that values heteronormativity.

Keywords: Transsexuals. Daily. Gender discrimination.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. METODOLOGIA	7
3.RESULTADOS	8
3.1 Readequação de gênero	10
3.2 Violência, gênero e transexualidade.....	13
3.3 Relação saúde x transexuais	16
3.4 Mercado de trabalho x transexuais.....	19
4. COMCLUSÃO	21
REFERÊNCIA	22

1 INTRODUÇÃO

Gênero é um construto social que varia de acordo com os papéis, normas e valores de um dado contexto (RODRÍGUEZ-MADERA *et al.* 2017). Para discutir assuntos referentes a pessoas transexuais, faz necessário refletir sobre o que é ser homem e ser mulher em uma sociedade baseada na heteronormatividade. Ou seja, onde o normal e socialmente aceitável deve condizer com uma postura heterossexual de acordo com os papéis sociais atribuídos aos gêneros.

Segundo Takamatori (2001 *apud* SALLES-MATSUKURA, 2013), o cotidiano ou a vida cotidiana são acontecimentos que incluem o sujeito aos espaços sociais. É por meio do cotidiano vivido que o sujeito tem a possibilidade de expor seu estilo de ser, e ao mesmo tempo permite ser compartilhado e reconhecido pelo outro, uma construção da história pessoal e social.

O cotidiano faz parte da vida do sujeito e o sujeito se constitui a partir da sua vida cotidiana, são partes inter-relacionadas e constitutivas entre si. A vida cotidiana é o cenário em que ocorre a inserção no mundo compartilhado, social e cultural (TAKAMATORI, 2001 *apud* SALLES- MATSUKURA, 2013, p.4).

A transformação do corpo apresenta-se como esfera constitutiva da vida das pessoas. Os transexuais são pessoas que não podem ou preferem não se conformar com as normas de gênero socialmente atribuídas a sua anatomia de nascimento. São considerados transgressores sociais e muitos buscam transformações físicas para construir a identidade de gênero (RODRÍGUEZ-MADERA *et al.* 2017). Portanto, essa população enfrenta as consequências do estigma em seu cotidiano.

São utilizados vários métodos para transformação corporal que passam pelo uso de hormônios, aplicações de silicone industrial, depilações, cirurgias plásticas, transgenitalização, dentre outros, que variam a partir dos desejos, das possibilidades financeiras, das necessidades do trabalho com sexo, etc (ROCON *et al.* 2016, p.2).

Há um investimento no processo de identidade via transformação corporal tanto objetivo quanto subjetivo. Esses processos interferem no cotidiano da população trans. Esse trabalho visa colocar em discussão e reflexão a respeito de como se

configura o cotidiano de pessoas transexuais durante e após o processo de transição de gênero, a partir de um estudo de revisão bibliográfica. Parte-se da constatação do crescimento desse grupo social na atualidade, no entanto, ainda são escassos os estudos que contribuem com a temática. Esse trabalho busca conhecer o estado da arte em relação a essa temática, a fim de que possa iniciar um processo de problematização do tema com o intuito de preencher ainda uma pequena lacuna do conhecimento.

2 METODOLOGIA

Utilizou-se a metodologia de Estado da Arte para realizar a pesquisa de literatura, utilizando as seguintes bases de dados: MEDLINE, SCIELO, SCOPUS, WEB OF SCIENCE. Foram empregados os seguintes descritores em inglês: transsexuals and daily

Critérios de inclusão:

Artigos publicados e indexados, disponíveis por acesso online em português, inglês e/ou espanhol; Sem delimitação do ano de publicação. Artigos que trazem questões do dia a dia de pessoas transexuais que passaram ou passam pelo processo de transição de gênero.

Critérios de exclusão:

Pessoas que identificam com gênero oposto ao nascimento, mas não fizeram e não estão fazendo a transição; Artigos de revisão; Artigos não disponível gratuitamente com texto completo online.

Percurso

O processo de seleção dos artigos a serem analisados foram realizados consensualmente pelos pesquisadores e obedeceram a seguinte ordem:

1. Inicialmente foram selecionados os estudos com base nos títulos, excluindo os que não tinham relação com tema referenciado;
2. Todos incluídos pelos títulos tiveram seus resumos analisados para selecionar aqueles que atendessem aos critérios de inclusão;

3. Foram lidos todos os textos completos dos artigos e selecionados os que iam ser incluídos na revisão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca eletrônica resultou em um total de 51 artigos. Posteriormente, foram selecionados 32 artigos pelo título, os quais foram lidos os resumos em sequência seus textos na íntegra. Foram excluídos 22 artigos que não atenderam aos critérios de inclusão, constituindo-se na amostra do estudo de 10 artigos.

Figura 1: Etapas de Revisões Bibliográficas



Após seleção dos artigos que foram incluídos na revisão, os mesmos foram lidos exhaustivamente e categorizados nos seguintes temas: Readequação de gênero; violência, gênero e transexualidade; relação saúde x transexuais e mercado de trabalho x transexuais.

Figura 2: Quadro de Artigos Seleccionados

Autores:	Título:	Idioma de Publicação:	Ano:
CARAVACA-MORERA, J.A	Battlefield: Social Representations of Commercial Sex Work on Transvestite and Transsexual Females in Brazil.	Inglês	2018
DEVÍS-DEVÍS, J. <i>et al.</i>	Harassment Patterns and Risk Profile in Spanish Trans Persons.	Inglês	2017
DOURADO, I. <i>et al.</i>	Construindo pontes: a prática da interdisciplinaridade. Estudo PopTrans: um estudo com travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia	Português	2016
GORIN-LAZARD A, <i>et al.</i>	Hormonal Therapy Is Associated With Better Self-esteem, Mood, and Quality of Life in Transsexuals.	Inglês	2013
KEMENADE, M. A, <i>et al.</i>	Effects of the Pure Antiandrogen RU 23.903 (Anandron) on Sexuality, Aggression and, Mood in Male-to-Female Transsexuals.	Inglês	1989
KWAN, M., VAN MAASDAM, J., & DAVIDSON, J. M.	Effects of estrogen treatment on sexual behavior in male-to-female transsexuals: Experimental and clinical observations.	Inglês	1985
MISIOYÉK M, <i>et al.</i>	Gender-related voice problems in transsexuals - therapeutical demands.	Inglês	2016
NEGREIROS, F. R. N. <i>et al.</i>	Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional.	Inglês	2019
ROCON, P. C. <i>et al.</i>	Dificuldades vividas por pessoas trans sem acesso ao Sistema Único de Saúde.	Português	2016

RODRÍGUEZ-MADERA, S. L, <i>et al.</i>	Experiences of violence among transgender women in Puerto Rico: an underestimated problem.	Inglês	2017
---------------------------------------	--	--------	------

3.1 Readequação de gênero

A comunidade transgênero expressa sua identidade de gênero e orientação sexual, na busca constante da modelagem de seus corpos por meio de variadas modificações: hormonioterapia, aplicações de silicone industrial, mastectomia, cirurgias plásticas ou de transgenitalização. Roncon *et al.* 2016 destaca que as técnicas de transformação corporal implicam a transformação incorporal do corpo bonito em busca de um ideal de beleza, as modificações no organismo influem na construção dos signos de beleza . e vice-versa.

Há autores que colocam a questão do transexualismo como uma condição na qual uma pessoa acredita que seu gênero psicológico é incongruente com seu gênero anatômico (MISOYÉK *et al.* 2016). Muitos buscam transformações físicas para construir a identidade de gênero (RODRÍGUEZ-MADERA *et al.* 2017). A terapia hormonal entre sexos interessa aos transexuais pois é por meio dessa terapia que muitos conseguem combinar seu gênero identificação e aparência física, além de ser por meio dessa terapia o início e a parte crucial do procedimento de reatribuição sexual (GORIN-LAZARD *et al.* 2012). A terapia hormonal interfere na qualidade de vida (QV) autoreferida em transexuais após cirurgia de redesignação sexual , como aponta Gorin-Lazard *et al.* (2012) em sua pesquisa, na qual realizou a busca em três departamentos psiquiátricos de hospitais universitários públicos de ensino no sul da França, identificando que há um efeito positivo com relação a qualidade de vida dessa população, porém não há dados disponíveis sobre o papel do terapia hormonal no cotidiano dos transexuais sem cirurgia de redesignação sexual.

Esse processo de transição no qual há ingestão de hormônios e intervenções cirúrgicas trazem efeitos no cotidiano nesta população. Um estudo no qual analisou sete indivíduos transexuais geneticamente masculinos que viviam como

mulheres e faziam uso do tratamento com hormônio estrógeno demonstrou que a administração de estrogênio para transexuais masculinos com testículos intactos reduz a atividade sexual, orgasmos e ereção espontânea. Os dados sugerem que ereções espontâneas (vigília ou noturnas) e atividade sexual dependem da testosterona. Os participantes da pesquisa fizeram registros diários de todos seus atos sexuais: coito, masturbação, carícias, orgasmos, ereções espontâneas (aquelas não geradas em atos sexuais) e sentimentos sexuais, por frequência por dia (KWAN; VANMAASDAM E DAVIDSON, 1985). Com administração do Anandron ¹houve diminuição da frequência de pensamentos e fantasias sobre sexo, causou relaxamentos e flutuações do humor como: alegria, sociabilidade e humores sombrio com sentimentos de tensões e ansiedades (KEMENADE *et al.* 1989).

Outro aspecto que afeta o cotidiano na readequação do gênero está associado à aquisição de uma voz apropriada ao sexo faz parte do processo de transição para ganhar aceitação. A voz é caracterizada pela sua intensidade, harmônicos e frequência de vibrações globais. A voz tem relação com o mundo hormonal e com a psique humana. Alcançar a voz feminina, por exemplo, é importante para a transição de gênero, nos quais a aparência do corpo e da voz sejam congruentes. No entanto, muitas mulheres transexuais se deparam com a limitação da terapia de reposição hormonal após a puberdade, por não ajudar aumentar o tom vocal e suas vozes serem identificadas como masculina. Na vida diária essa inconsistência entre o sexo feminino alcançado e as características de voz continuar com o tom masculinizado influencia psicologicamente e emocionalmente seus papéis cotidianos, diminuindo a qualidade de vida das mulheres transexuais (MISOYÉK *et al.* 2016).

Na Europa a transição de transexuais do masculino para o feminino é de duas ou mais vezes maior que a proporção feminina para o masculino. Os homens que desejam fazer transição para mulher buscam com maior frequência a intervenção vocal devido a voz baixa e androfônica. Procuram auxílio

¹ Anandron: é um antiandrógeno não esteróide que tem sido estudado como um componente da terapia hormonal feminilizante para mulheres transexuais.

laringológico para feminizar sua voz e a condroplastia para reduzir o pomo de adão e tornar o pescoço mais feminino (MISOYÉK *et al.* 2016).

Para além das dificuldades do ponto de vista físico, fisiológicas e de inserção social, as pessoas trans enfrentam também dificuldades socioeconômicas, pois o custo de transformações corporais é alto. Dificuldades financeiras determinam limites e possibilidades dos investimentos corporais entre as travestis (ROCON *et al.* 2016). Em algumas circunstâncias, viver como travesti ou transexual, só se tornou realidade na rua, pois para muitos foi esse o lugar que fomentou a possibilidade de mudanças físicas reais por meio de métodos extremos, uma vez que os custos para tais transformações corporais exigem um capital financeiro alto e a facilidade de procedimentos financeiramente mais baratos é encontrada na rua, possibilitando as transformações, como tratamentos cosméticos invasivos, principalmente silicone industrial nos seios, quadris e músculos dos glúteos (MORERA, 2018) realizados de maneira artesanal. Muitas pessoas transexuais correm riscos neste processo de modificação corporal, por recorrerem ao uso de hormônios sem acompanhamento de profissionais de saúde e às aplicações de silicone industrial. Os sonhos e desejos, associados a necessidade e sobrevivência se misturam na empreitada de modelar o corpo sob riscos. Em pesquisa realizada na relação dos trans com o SUS, houve relatos de pessoas que adquiriram câncer, outras morreram nas mãos da bombadeira, há efeitos adversos não desejados como aparecimento de furúnculos, abscessos e dores (ROCON *et al.* 2016).

Outro aspecto associado à transformação corporal é a autoatribuição de um novo nome. O nome é carregado simbolicamente de múltiplos sentidos na constituição do gênero. Um novo nome dado a um corpo modificado pode assumir uma função identitária e gerar uma estabilidade no devir das experimentações cotidianas. O nome é um outro tipo de transformação incorporal que lança o corpo em outro ordenamento no mundo (ROCON *et al.* 2016).

A readequação de gênero se torna ainda mais complexa em uma sociedade que é compreensível apenas com a inteligibilidade dos corpos que residem no gênero

binário e na heteronormatividade e que do contrário, como no caso dos corpos trans, poderão ser considerados doentes (ROCON *et al.* 2016). Nesse processo, para além de todo sofrimento supracitado, ainda os corpos trans são vítimas de discriminação e violência.

3.2 Violência, gênero e transexualidade

A violência contra a população transgênero, viola os direitos humanos e expressa extrema discriminação cotidiana baseada na identidade de gênero enfrentada por essa população. A violência sofrida por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero são muitas vezes impulsionados por um desejo de punir o suposto desvio sexual, daqueles vistos como desafiadores das normas de gêneros (MORAN E SHARPE, 2004; MEYER, 2012). Algumas matanças de pessoas trans refletem um completo desgosto e raiva sobre a violação das normas de gênero implicadas por demonstrações públicas (TOMSEN, 2017).

As violências vivenciadas por pessoas transexuais são narradas desde a infância e adolescência e transcorrem principalmente por viverem em lugares homofóbico e transfóbico, principalmente no ambiente familiar. A violência física e a discriminação verbal no ambiente familiar se apresentam como uma forma brutal de violência porque está carregada de valor simbólico (MARTINEZ, 2008). Muitos fazem o movimento de migrarem de país e/ou cidade para ficarem longe desse ambiente violento, no entanto a violência familiar é estendida para sociedade e vivem com medo e humilhação.

Diferentes ativistas e pesquisadores perceberam o preconceito contra transexuais /transgêneros como um fenômeno similar ou separado das perspectivas anti-homossexuais (MORAN E SHARPE, 2004; MEYER, 2012). A violência e o assédio anti-homossexuais resultaram no controle direto e indireto de homens homossexuais e outros que estavam fora dos limites convencionais de gênero. As pessoas transgênero correm o risco de múltiplos tipos de violência, e essa ameaça continua por toda a vida (RODRÍGUEZ-MADERA *et al.* 2017). Alguns pesquisadores trazem os tipos de violência recorrentes que as

pessoas transgênero sofrem. Em destaque a violência verbal é tratada como a forma mais comum, muitas vezes devido à sua identidade ou expressão de gênero. As violências verbais ocorrem especialmente na forma de insultos e comentários negativos, sendo essa uma condutora a violência física e sexual que destaca o ódio e a intolerância com relação a essa população, gerando altos níveis de homicídios contra principalmente as mulheres transgênero (pessoa transexual que foi designada como homem ao nascer, mas cuja identidade de gênero é a de uma mulher) (RODRÍGUEZ-MADERA *et al.* 2017; DEVÍS-DEVÍS *et al.* 2017).

No espaço público é onde as pessoas mais sofrem violência. Podemos também dizer que o termo evocado 'violência' vem da realidade cotidiana de mulheres trans face a desigualdade, sentimento de impotência, superioridade masculina e discriminação feminina permeando a sociedade - mulheres cis, travestis ou transexuais (MORERA, 2018). A violência contra mulheres transgêneras tem muitas semelhanças com crimes de ódio contra indivíduos nascidos do sexo feminino e outras minorias sexuais (RODRÍGUEZ-MADERA *et al.* 2017). Devís-Devís *et al.* (2017), confirma em suas pesquisas o assédio ser mais frequente em mulheres trans do que homens trans. Pondera também que a violência depende do contexto em que ocorre o assédio, da idade e etnia das vítimas. Além disso, pessoas trans com altos níveis econômicos têm probabilidade significativamente menor de sofrer algum tipo de violência.

O Estado representado pela polícia comumente violenta às mulheres transgêneras que se envolvem no trabalho sexual como uma estratégia de sobrevivência, em parte porque a ilegalidade e a natureza clandestina do trabalho sexual baseado na rua expõe as mulheres transexuais a frequentes conflitos com a polícia. Leis e políticas, incluindo as que criminalizam o trabalho sexual e justificam o assédio policial, aumentam a vulnerabilidade das mulheres transgêneras à violência. Há testemunhos que indicam agressões graves provenientes de polícias locais (RODRÍGUEZ-MADERA *et al.* 2017 e MARTINEZ, 2008).

A violência anti-transgênero é frequentemente complicada pela falta de acesso a serviços de saúde rotineiros para lidar com as consequências da violência e com as respostas muitas vezes inadequadas das autoridades. Uma pesquisa sobre violência motivada por preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) constatou que incidentes envolvendo pessoas trans representaram 20% de todos os assassinatos e cerca de 40% de toda violência iniciada pela polícia (RODRÍGUEZ-MADERA *et al.* 2017). Além disso, 66% deles são perseguidos fisicamente dentro de suas próprias famílias (DEVÍS-DEVÍS *et al.* 2017). Uma das primeiras esferas de violência que acomete a população travesti, transgêneros é a própria família, pois os mesmos rompem com o modelo cisgênero e heteronormativo (OLIVEIRA E ROSATO, 2018).

Há uma violência transfóbica no Brasil em que muitos casos culminam em morte. Os assassinatos carrega particularidades, inclusive na forma da morte que geralmente é obtida a partir de tortura e violência sexual, sendo na maior parte dos casos os órgãos sexuais alvos. O crime não tem similaridade com qualquer homicídio, é uma tentativa de expurgar o corpo de um mal iminente (OLIVEIRA e ROSATO, 2018). Tratam a transexualidade moralmente,

Outro tipo de violência está relacionada a intolerância religiosa para com as pessoas transexuais, principalmente a religiosidade judaico-cristã fortemente relacionadas a altos níveis de estigma em relação a populações socialmente marginalizadas e vulneráveis. (RODRÍGUEZ-MADERA *et al.* 2017). Aparentemente, a rigidez moral predominante do nosso tempo condena pessoas travestis e transexuais e associam as mesmas ao pecado e à doença, é, o que definimos como o paradigma da condenação religiosa e medicalização do social (MORERA, 2018).

A exibição pública de identidades trans produz atitudes transfóbicas porque as identidades cisgêneras (não-trans) são desafiadas, as hierarquias de gênero são ameaçadas e as pessoas cisgêneras perdem privilégios de gênero existentes dentro de contextos socioculturais nos quais um sistema sexo / gênero é o aceitável. Alguns autores consideram o assédio contra pessoas trans uma violência estrutural ou opressão sistêmica que pune quem transgride o gênero

social. Além disso, a probabilidade de sofrer diferentes tipos de assédio em diferentes contextos diminuiu a cada ano que uma pessoa trans atrasou a divulgação de sua identidade de gênero. Pessoas que revelam suas identidades de gênero mais jovens vivenciam um percentual de assédio maior do que as pessoas que se revelam mais tarde (DEVÍS-DEVÍS *et al.* 2017). Portanto, para uma pessoa trans ser menos violentada socialmente, a mesma não pode se tornar visível como pessoa trans e não tem o direito de expressar sua subjetividade publicamente. Sociologicamente, o traço maior da violência está ligado ao processo de intolerância e a presença física de um transgênero em via pública segue sendo concebida como uma violação da ordem moral (MARTINEZ, 2008).

3.3 Relação saúde x transexuais

A população transexual brasileira está inserida em um contexto com alto grau de vulnerabilidade à saúde, trazendo desafios para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto sistema universal, integral e equitativo. Mesmo diante da conquista a partir da Constituição Federal de 1988, em que saúde, de forma geral, sem distinção de raça, cor ou gênero é um direito garantido, é possível ver que o acesso aos serviços de saúde ainda tem se caracterizado como excludente quando se diz respeito a população transexual. As pessoas trans enfrentam dificuldades na busca de serviços públicos de saúde, não só quando reivindicam serviços especializados, como processo de readequação do gênero, mas em diversas outras ocasiões nas quais buscam atendimentos. Os trans tem por esses motivos um alto índice de abandono dos tratamentos no Brasil, enfrentam inúmeras dificuldades e permanência nos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde- SUS, com evidência para o desrespeito ao nome social, a transfobia, tudo isso levam ao abandono em tratamentos. (NEGREIROS *et al.* 2019 e ROCON *et al.* 2016).

Além das dificuldades de permanecerem nos serviços de saúde, dentro da população LGBT, são os travestis e transexuais que enfrentam dificuldades para buscarem o serviço, porque tem experiências de atendimento trans/travestifobia além de sofrerem discriminações por outros aspectos sociais como pobreza, cor,

aparência física (ROCON, 2016). A população LGBT é discriminada e marginalizada historicamente e a medicina, por exemplo, na Segunda Guerra submetiam essa população a tratamentos para reverter a orientação sexual por compreenderem como algo antinatural (NEGREIROS *et al.* 2019).

Travestis e transexuais são marcados por índices altos de violência, assassinatos sofridos, pelos agravos relativos à saúde mental (p.ex.: depressão, tentativa de suicídio) e pela alta prevalência do HIV. A estigmatização e a discriminação sexual são marcadores que indicam obstáculos ao acesso desse segmento social aos serviços de prevenção e cuidado (MONTEIRO, 2019).

A formação dos profissionais de saúde e principalmente a formação médica não contribui para minimizar a discriminação. Não há disciplinas que trabalhem a sexualidade para além da biológica e que tratem de forma ampla o assunto nos cursos de medicina. Para haver uma mudança na relação do cuidado com a população LGBT e transexual, deve se investir no modo de pensar e agir dos profissionais de saúde que atualmente é baseada no modelo heteronormativo, por isso é fundamental investir na formação. Quando travestis e transexuais chegam no atendimento médico, muitos profissionais encaram a orientação sexual deles ou sua identidade de gênero como uma anomalia ou perversidade, levando essas pessoas a esconderem quem são, evitando o julgamento e sequer revelam os motivos que necessitam de atendimentos. Os médicos consideram transtorno mental quando têm que lidar com temas como hormonioterapia, acompanhamento clínico, psicoterápico, cirurgia de implante de silicone e de adequação corporal de sexo como demandas e não têm treinamento para acolher essas demandas e serem resolutivos (NEGREIROS *et al.* 2019).

Associado a falta de uma formação adequada, às pesquisas em relação à população LGBT, especificamente travesti e transexual não estão no campo da saúde, mas são majoritariamente oriundos da ciências sociais e humanas. Mesmo que não são provenientes da saúde, as pesquisas no campo das humanas auxiliam a saúde coletiva, e apontam reflexões para avanços e limites no processo transexualizador no SUS e a despatologização da transexualidade (DOURADO, *et al.* 2016).

A nível mundial as pessoas trans tem recebido crescente atenção como mostram relatórios de alguns países, inclusive do *Institute of Medicine* (IoM) dos Estados Unidos. A saúde de pessoas trans, incluindo travestis, mulheres transexuais e pessoas cuja identidade de gênero difere das expectativas sociais têm necessidades de cuidado a saúde específicas. No entanto, são poucos os países que dão atenção à saúde adequada às pessoas trans (DOURADO *et al.* 2016). Essa realidade apontada no relatório, ainda é vivenciada em poucos países, a maioria dos transexuais vivem situações de vulnerabilidade e sem condições de saúde.

No campo da saúde, os trans também enfrentam a autoridade médica pelo diagnóstico sobre seus corpos, não lhes dando autonomia. O diagnóstico no processo transexualizador, muitas vezes é uma estratégia política para lhes garantir a manutenção dos serviços públicos de saúde, mas ao mesmo tempo produzem a marginalização. O diagnóstico das identidades trans, dão força a se tornarem marginalizados socialmente (ROCON, 2015). Diante dessa condição diagnósticas, associada a aspectos identitários que trazem a sociedade a inquietação dicotomia sexo/ gênero, muitas vezes combinadas com fatores de risco e situações de vulnerabilidade como condições socioeconômicas desfavoráveis (quando sua identidade de gênero aparece interseccionada a um contexto de pobreza), fazem com que as pessoas trans caminham por itinerários de transformações corporais sem acompanhamento médico (DOURADO *et al.* 2016).

Também há marginalização no cuidado à saúde quando se trata de pessoas trans de países em desenvolvimento quando migram para países desenvolvidos. Em uma pesquisa na qual o foco de análise é centrado em transexuais mexicanos que têm HIV e migram para o EUA, pode-se observar que mesmo vivendo em um país desenvolvido, ainda enfrentam discriminação e violência no cuidado à saúde. Pessoas transgênero e transexuais mexicanas que vivem na Califórnia e têm o vírus da imunodeficiência são afetados pela qualidade de vida e excluídos do trabalho nos EUA. Estes processos discriminatórios impedem a discussão sobre cuidado prevenção do HIV. Sem dúvida, o aspecto mais

complexo nesta relação transexuais e saúde é que a discriminação impede de reconhecer as pessoas transgêneros e transexuais que vivem com HIV são sujeitos com direito à saúde, especialmente em matéria de acesso a medicamentos (MARTINEZ, 2008). Isso talvez possa ser explicado pelo pensamento ocidental dominante ser colonial, heterossexual e branco, no qual coloca a transexualidade como patologia, desordem e/ou aberrantes. Seus corpos são estigmatizados (OLIVEIRA e ROSATO, 2018).

Práticas sexuais de risco (sobretudo aquelas que trabalham no mercado do sexo), mas também uso de drogas e discriminação institucionalizadas, geram vulnerabilidade do HIV na população transgêneros além de estigma e violência transfóbica (DOURADO *et al.* 2016 e RODRIGUEZ_ MADERA, 2017).

A construção de um cuidado no campo da saúde deverá estar no presente nas ações dos profissionais de saúde e nas políticas públicas. Para ser efetivo a transformação cotidiana de diversos atores envolvidos, com o movimento social, travestis, transexuais deve estarem presentes na formulação das políticas públicas.

3.4 Mercado de trabalho x transexuais

A Portaria nº41 de 28 de março de 2007 do Ministério do Trabalho prevê, no artigo 8º, que é proibido ao empregador solicitar documentos que venha causar dano à imagem do trabalhador ou informações relacionadas à orientação sexual (BRASIL, 2007). Mesmo assim, as oportunidades de trabalho para a comunidade trans defrontam-se, no preconceito e na ignorância. O fato de não ter emprego formal e as dificuldades inerentes à conquista de emprego no mercado de trabalho formal, torna mais próximo e possível desse público se dedicarem ao trabalho sexual, evidenciando a marginalização social e econômica devido à discriminação baseada em sua identidade de gênero.

O trabalho sexual comercial tornou uma forma de sustento e de uma realidade cotidiana vivenciada pelas mulheres transexuais, vista como profissão em que trabalham ou já trabalharam em algum momento de suas vidas, sendo essa uma

fonte de renda principal ou complementar. A ocupação que realizam não é apenas proibida e ilícita, mas também moralmente inaceitável, expondo-as a um cotidiano de violência ainda mais vastos, como abusos de uso de drogas, risco de perigos, tristeza, adoecimento pela contaminação por DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e à violência física por trans/travestifobia, que provêm de suas interações com clientes, pares, sociedade em geral e a polícia. Situações concretas enfrentadas no cotidiano desse público, por meio de incompreensão e preconceito inerentes à conquista de emprego no mercado de trabalho formal (CARAVACA- MORERA, 2018; DOURADO, *et al.* 2016; ROCON *et al.* 2016).

A palavra "prostituta" é colocada o coito em um local específico da cidade, especialmente dedicado à evasão, sexo casual e transações relacionadas a necessidades humanas (econômicas, espirituais, emocionais ou sexuais). Uma pessoa trans que é profissional do sexo é visto como alguém que é incapaz de se envolver em nível emocional com alguém, são dadas a paixões turbulentas e desejos sexuais (MORERA, 2018).

Apesar de o trabalho ser considerado um direito social, o emprego formal não faz parte da vida da população trans. A sociedade ainda é preconceituosa quando nega emprego formal a transexuais, e deixa transparecer que a heteronormatividade é a chave para se ter um emprego ou um empregado de qualidade. Os desafios passam a ser maiores, quando é preciso pensar em algo que sensibilize a sociedade, já que existem muitas pessoas capacitadas em várias áreas e muitas vezes são barradas por sua identidade de gênero. As dificuldades enfrentadas por essa população, impactam em oportunidades de trabalho quando essas pessoas começam a ter oportunidades de ir em busca de um trabalho e esse é negado. Neste contexto, se tornam profissionais do sexo e são percebidos como uma ameaça aos cidadãos comuns. A figura de não-poucas travestis e transexuais femininas envolvidas no comércio sexual são vítimas de olhares inquisitivos (MORERA, 2018). Essas pessoas são colocadas em um lugar de prostituição, com todas as questões morais e religiosas da sociedade, são prostitutas e ao mesmo tempo uma aberração. Não a dados oficiais, mas estima-se que 90% das pessoas que creem ser mulheres em corpos

de homens se prostituem para sobreviver. Não vão para a rua por escolha, mas por falta de opções (SENRA, 2014).

Pessoas transexuais que conseguem melhor performar na transição do gênero, próximo a forma de pessoas cisgêneras, venham a ter maior facilidade de acesso ao mercado de trabalho, do que aquelas que ainda passam pelo processo de transição de gênero. Quanto mais longe de um ideal hetero-cis-normativo, mais dificuldade em se inserir no mercado de trabalho (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

A discriminação das pessoas transexuais ao trabalho como um direito, vem sendo também discutido no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), no qual aprovou princípios orientadores sobre o assunto. Essa princípios pautam em três pilares: proteger, respeitar e reparar (ALMEIDA e VASCONCELOS, 2018). Para esse pilares se fortalecerem e ganharem sentido na sociedade é necessário o exercício do Estado formulando políticas públicas afirmativas e que não violem os direito humanos.

4 CONCLUSÃO

Os artigos analisados nesta revisão da literatura revelaram que a população trans vive uma situação de invisibilidade, marcada de violência, discriminação e marginalização, em contextos diversos que inclui família, contexto social, a força da polícia, e de instituições de saúde quanto profissionais de saúde. As experiências trans revelam em seus cotidianos são traços das verdades construídas socialmente em uma sociedade que presa a heteronormatividade.

A sociedade ainda trata as pessoas transexuais como uma aberração da natureza, algo moralmente inaceitável, até mesmo instituições religiosas não acolhem pessoas transexuais e as discriminam.

Acreditamos que é dever do Estado promover políticas públicas que forneçame faça valer a inclusão e a transformação culturalmente da sociedade. As políticas públicas têm um papel fundamental no processo de inserção social das pessoas transexuais no trabalho, lazer etc. favorecendo que com que não se tornem invisíveis, e sim visíveis dentro de uma sociedade que preza o dever e o direito a todos.

Apontamentos para a prática da Terapia Ocupacional.

É importante salientar que, durante a busca na literatura, percebeu-se a necessidade de que os terapeutas ocupacionais que atuam com essa população escrevam e publiquem estudos sobre sua prática. Pois verificou escassez de trabalhos publicados por terapeutas ocupacionais que abordem o tema. Mesmo havendo um crescente debate sobre a população trans na atualidade com reforços das mídias, movimentos sociais entre outros, ainda existe muito a ser construído e até mesmo desconstruído. As práticas cotidianas ao passo que lugar de ação que atua o terapeuta ocupacional devem estar sempre conectadas sem perder de vista essa população, e seu contexto social, cultural e história nos quais estão inseridos, a fim de permitir que vivam e possa fazer presentes em uma sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.B; VASCONCELLOS, V.A. Transexuais: Transpondo Barreiras no Mercado de Trabalho em São Paulo. **Revista Direito GV**. São Paulo, v. 14, n. 2 302-333, Maio-Ago. 2018.

BRASIL. **Portaria nº 41/2007**. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2007.

CARAVACA-MORERA, J.A. Battlefield: Social Representations of Commercial Sex Work on Transvestite and Transsexual Females in Brazil. **Actualidades en Psicología**, v.32, n.125, p.79-93, 2018.

DEVÍS-DEVÍS, J. *et al.* Harassment Patterns and Risk Profile in Spanish Trans Persons. **Journal of homosexuality** v. 64, n. 2, p.239. 255, 2017.

DOURADO, Ines *et al.* Construindo pontes: a prática da interdisciplinaridade. Estudo PopTrans: um estudo com travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 9, e00180415, 2016.

GORIN-LAZARD A. *et al.* Hormonal Therapy Is Associated With Better Self-esteem, Mood, and Quality of Life in Transsexuals. **J Nerv Ment Dis.**, v.201, n. 11, p.996-1000, 2013.

HERNANDEZ-ROSETE MARTINEZ, Daniel. La otra migración. Histórias de discriminación de personas que vivieron con VIH en México. **Salud Ment**, México, v. 31, n. 4, p. 253-260, agosto 2008.

KEMENADE, M. A, *et al.* Effects of the Pure Antiandrogen RU 23.903 (Anandron) on Sexuality, Aggression and, Mood in Male-to-Female Transsexuals. **Archives of Sexual Behavior**, v. 18, n. 3, 1989.

KWAN, M., VAN MAASDAM, J., & DAVIDSON, J. M. Effects of estrogen treatment on sexual behavior in male-to-female transsexuals: Experimental and clinical observations. **Archives of Sexual Behavior**, v.14, p.29. 40, 1985.

MARTÍNEZ, D.H.-R, *et al.* La otra migración.Historias de discriminación de personas que vivieron con VIH en México. **Salud Mental**, v. 31, n. 4, julio-agosto 2008.

MEYER, W.J. *et al.* Standards of Care for the Health of Transsexual, Transgender, and Gender-Nonconforming People, Version 7, **International Journal of Transgenderism**, v.13, p.4, 2012.

MISIOÓYEK M, *et al.* Gender-related voice problems in transsexuals - therapeutical demands. **Endokrynol Pol.**, v.67, n.4, p.452-5, 2016.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro; BARBOSA, Regina Maria. Saúde e direitos da população trans. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, e00047119, 2019.

MORAN, L. J., & SHARPE, A. N. Violence, identity and policing: The case of violence against transgender people. Criminal Justice: **International Journal of Policy and Practice**, v.4, n.4, p.395-417, 2004.

NEGREIROS, Flávia Rachel Nogueira de *et al.* Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 23-31, Mar. 2019.

OLIVEIRA, José Wellington de *et al.* %Sabe a Minha Identidade? Nada a Ver com Genital: Vivências Travestis no Cárcere. **Psicol. prof.** Brasília, v. 38, n. spe2, p. 159-174, 2018.

ROCON, Pablo Cardozo *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans sem acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, agosto de 2016.

RODRÍGUEZ-MADERA, S. L, *et al.* Experiences of violence among transgender women in Puerto Rico: an underestimated problem. **J Homosex.**, v.64, n.2, p.209. 217, 2017.

SENRA, Ricardo. Conheça transexuais que venceram o preconceito no mercado de trabalho. **Folha de S. Paulo**. 9 mar. 2014. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/03/1421528-conheca-transexuais-que-venceram-o-preconceito-no-mercado-de-trabalho.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2019.

TAKATORI, M. A. Terapia ocupacional no processo de reabilitação: construção do cotidiano. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 371-377, 2001 *apud* SALLES, M. M.; MATSUKURA, T. S. Estudo de revisão sistemática sobre o uso do conceito de cotidiano no campo da terapia ocupacional no Brasil. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 21, n. 2, p. 265-273, 2013 <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2013.028>.

TOMSEM, Stephen. Masculinity and Homophobic Violence in Australia: Recent Past. **Sexuality & Culture**. 2017.